



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ

# PRAxis



ANO VI - Nº 54 - JULHO/AGOSTO 2010

## Assistente Social: além do 15 de maio

**M**inicursos, com temas sugeridos pela própria categoria, e seminários sobre os mais diferentes assuntos ligados à profissão, mobilizam a categoria durante todo o mês do Assistente Social. Capacitação profissional e discussões sobre formas de ação foram destaque.

Pág. 6 e 7



Foto: Allan Botelho

**39º Descentralizado:  
debate rico em propostas**

Págs. 10 e 11

**Sucesso: seminário põe em  
pauta a organização sindical**

Pág. 12

**Assistente Social é  
comparado com Vereador.  
CRESS-RJ se manifesta**

Pág. 12

## PL 30 horas aprovado no Senado!

Foto: Jefferson Lee



Projeto de Lei é votado durante o 13º CBAS e mobiliza cerca de três mil pessoas, entre assistentes sociais e simpatizantes. Representantes do CRESS-RJ participaram da mobilização e foram ao Senado acompanhar a votação Pág. 3

## Editorial

**C**inquenta e seis atividades públicas em três meses. Alguns milhares de profissionais e estudantes presentes.

De maio a julho deste ano o CRESS-RJ proporcionou espaços para debater diferentes temas. Quarenta e oito atividades foram realizadas durante o Mês do Assistente Social. Destaque para a mesa redonda que debateu o quadro de precarização das relações de trabalho e seus impactos sobre os assistentes sociais. Os seminários trouxeram temas polêmicos e atuais: formação profissional, ações afirmativas, aborto, exame criminológico.

Também trataram temas novos, como o direito à cidade e o crescimento da demanda por presença de assistentes sociais nas políticas urbanas. Os minicursos fizeram um passeio por vários campos de atuação profissional (previdência, empresas, saúde, assistência social), por ações que a efetivam (parecer social, projetos de intervenção, instrumentos e técnicas) e por concepções (método em Marx) e princípios (fundamentos do código de ética de 1993) que alimentam o fazer profissional. Campos e Volta Redonda, além de debaterem alguns destes temas, acolheram o relançamento de nossa Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual.

Quem achava pouco pôde apresentar e debater os trabalhos encaminhados para o 13º CBAS no Encontro Estadual Pré-CBAS, em junho, na UERJ.

Além disso, tivemos importantes seminários estaduais e regionais, preparando a participação do Rio de Janeiro em eventos nacionais ou retomando debates que a categoria reclamava serem feitos com maior alcance. Neste bloco debatemos comunicação, educação, previdência, saúde mental e ainda apoiamos o seminário que reacendeu entre nós o debate sobre a organização sindical dos assistentes sociais. De quebra, o CRESS ainda realizou uma das mais representativas assembleias dos últimos anos, com doze horas de debates sobre a conjuntura e a profissão, em pleno sábado, com auditório lotado – o que legitima e fortalece a delegação do Rio de Janeiro ao Encontro Nacional CFESS/CRESS.

**VITÓRIA HISTÓRICA** – Em um momento em que grande parte dos trabalhadores vem tendo seus direitos restringidos ou eliminados, o Serviço Social brasileiro conseguiu que o Senado aprovasse a redução de nossa jornada semanal de trabalho para, no máximo, 30 horas (leia matéria à página 3). Para esta conquista foi fundamental a grande mobilização da categoria em todo o país, enviando mensagens, pressionando deputados e senadores, sensibilizando a população para a necessidade de melhores condições de trabalho para que nossos serviços lhe sejam oferecidos com a maior qualidade possível. Trata-se de uma vitória a ser muito comemorada! Certamente, no entanto, ela nos trará outros desafios, como os de combater contratos precários e medidas afins que tentarão nos negar o acesso a este direito, caso sancionado pelo presidente da república (no fechamento desta edição ainda corria o prazo para esta sanção). Ou seja, a mobilização precisa continuar.

O Serviço Social, e a contribuição de nosso Estado para a profissão, só se fortalece assim: com sua presença, participação e constante capacitação.

**A Diretoria**

## Seminários

## Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência

**C**ontando com a participação de cerca de 400 pessoas, entre assistentes sociais e estudantes, foi realizado nos dias 19 e 20 de junho, na capital gaúcha, o Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência 2010.

O CRESS-RJ foi representado no evento por Newvone Ferreira da Costa, tesoureira, Telma Pile, presidente da comissão de ética e Arlene Vieira Trindade, agente fiscal.

Várias mesas temáticas, todas seguidas de debates foram realizadas nos dois dias de evento. Na mesa “Seguridade Social e Projeto ético- político profissional: desafios dos/das Assistentes Sociais na Previdência”, Sara Granemann pontuou os diversos ataques que as políticas sociais vêm sofrendo de forma a retrain direitos através de uma série de reformas e valorizar a dimensão monetária dos benefícios. Já Ana Cartaxo, assistente social do INSS aposentada e professora da UFSC, fez um resgate histórico da atuação do Assistente Social na Previdência, destacando aspectos da seguridade e seguro social.

Professora da UFAL, Rosa Lúcia Predes apresentou na mesa “Trabalho Cotidiano: atribuições e competências na perspectiva de ampliação e direitos”. Em sua participação, apontou a importância e a necessidade dos instrumentos políticos e legais, como resolução CFESS e lei de regulamentação, entre outros, para argumentar e garantir o posicionamento dentro da instituição INSS.

Já Lúcia Lopes falou sobre a conjugação entre projeto profissional e trabalho assalariado. Lúcia fez um resgate histórico da constituição do sistema previdenciário brasileiro.

O quadro de reformas e de valorização da previdência de mercado, com a tentativa de exclusão do Serviço Social

dos seus quadros foi abordado por Maria do Socorro Reis Cabral, assistente social aposentada do INSS e professora da PUC- SP na mesa “A organização política dos Assistentes Sociais e a luta pelas condições éticas e técnicas de trabalho na Previdência”. Fátima Sakoski, presidente do CRESS-RS, levou para a mesa as demandas que chegam para as COFIs e relatou o trabalho de garantir as condições éticas e técnicas do trabalho do Assistente Social.

Na mesa sobre “Benefício Assistencial de Prestação Continuada: tensões e avanços na concretização deste direito constitucional”, Berenice Couto, da PUC-RS, falou sobre possibilidades e dificuldades de se materializar o projeto ético-político no INSS. Já Ana Lúcia Gomes, assessora especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, falou das ações que têm sido feitas no Ministério para garantir e ampliar o Serviço Social no INSS. E a conselheira do CFESS e assistente social Marinete Cordeiro discorreu sobre os aspectos operacionais do trabalho no INSS relacionados à concessão do BPC, demonstrando que há uma tentativa de isolamento deste benefício dentro desta instituição e falou também sobre as questões técnicas e éticas que perpassam o cotidiano profissional.

“Serviço Social e Saúde do trabalhador: atuação no benefício por incapacidade” foi tema da mesa comandada pela professora da UFRGS Jussara Mendes. Durante sua apresentação, Jussara apontou os desafios postos ao Serviço Social na previdência, partindo da compreensão da previdência como uma política pública. Por outro lado, Ângela Fenner, assistente social do INSS e conselheira do CRESS-RJ, retomou a questão da saúde do trabalhador e as implicações do mundo do trabalho, e remeteu a questões fundamentais, como: o medo de perder o emprego, o desemprego e o adoecimento, ressaltando a necessidade de articular as relações entre previdência e trabalho, através dos respectivos ministérios.

## ABEPSS: Encontro de Formação Profissional em Minas

**P**romovido a partir da articulação entre a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), os Conselhos Regionais do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além de unidades de ensino, o Encontro Regional de Formação Profissional, que aconteceu dias 10 e 11 de junho, em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi um sucesso.

Realizado pela regional ABEPSS- Regional Leste, o Encontro teve entre seus objetivos a promoção dos debates relacionados à formação e ao exercício profissional conforme Plano Nacional de

Lutas do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. Na pauta do evento também esteve a Política Nacional de Estágio (PNE), bem como a discussão sobre a participação dos cursos de Serviço Social no ENADE e o aprofundamento do debate no Serviço Social sobre a residência multiprofissional.

A continuidade do processo de fortalecimento do projeto pedagógico, aprovado pela categoria, e da ABEPSS, como entidade acadêmico-científica e política da categoria, também fez parte dos objetivos do evento.

O CRESS-RJ foi representado no Encontro pela conselheira Fátima Grave.



**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL**  
- 7ª REGIÃO - Nº 54 - Julho/Agosto 2010

**Presidente:** Fátima da Silva Grave Ortiz

**Vice-Presidente:** Elza Velloso

**1ª Secretária:** Lúcia Maria da Silva Soares

**2ª Secretária:** Conceição Maria Vaz Robaina

**1ª Tesoureira:** Newvone Ferreira da Costa

**2ª Tesoureira:** Alena Mab Góes Contente

**Suplentes de Diretoria:** Michelle Rodrigues de Moraes, Jurema Alves Pereira da Silva, Mônica Vicente da Silva, Georgina de Queiroz dos Santos e Maurício Caetano Matias Soares

**Conselho Fiscal:** Martha Fortuna Pereira Bastos, Maria Elizabeth Freire Salvador, Leopoldina de Araújo Cardoso

**Suplentes:** Telma Pilé Gomes, Lisamar Bastos Simões e Erika Schreider

**Comissão de Comunicação e Cultura:** Michelle Moraes, Leandro Rocha, Conceição Maria Vaz Robaina, Jefferson Lee de Souza Ruiz e Célio Albuquerque

**Seccional Campos**

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

**Coordenadora:** Janaina Alves Monteiro

**Tesoureira:** Iraí Martin Bohrer

**Secretária:** Luciana Custódio Soares

**Suplentes:** Gisele Pereira Luiz, Ana Tereza de Sá Santos Cezario, Lidiane Pereira Braga

**Seccional Volta Redonda**

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 - Pontual

Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

**Coordenadora:** Sabrina Alves de Faria

**Tesoureira:** Carmem Lúcia Brandão

**Secretária:** Gilvane Mazza Ribeiro

**Jornalista Responsável:** Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)

**Design gráfico e ilustrações:** Carlos D

**Impressão:** Gráfica Colorset - **Tiragem:** 12.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

**Telefax:** (21) 3147-8787

**e-mail:** comunicacao@cressrj.org.br

Acesse [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br)

Mobilização

# Vitória! PL 30 horas aprovado no Senado

Foto: Geraldo Magela - Agência Senado



**S**ob aplausos e gritos de “vitória” de assistentes sociais que lotavam as galerias, o Plenário do Senado aprovou, no último dia 3 de agosto, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 152/08, que fixa em 30 horas semanais a jornada máxima de trabalho dos assistentes sociais. A proposta acrescenta dispositivo à Lei 8.662/93 e garante ainda a adequação da jornada, sem redução de salário, aos profissionais com contrato de trabalho em vigor. O texto seguiu para sanção presidencial. O Presidente da República teria quinze dias, a partir da aprovação no Senado, para sancioná-lo.

Um ato público realizado em Brasília, no mesmo dia da votação, reuniu cerca de três mil pessoas. A votação aconteceu durante o 13º CBAS, o que facilitou a participação de um expressivo número de assistentes sociais.

Uma comissão das entidades organizadoras do ato, que também tinha outras bandeiras, e do 13º CBAS (CFESS, CRESS-DF, ABEPSS e ENESSO) se dirigiu ao senador José Sarney, que se comprometeu a pautar a votação do Projeto. Mas, todos sabiam que não bastava apenas estar em pauta. Uma comissão do grupo

presente ao CBAS foi de liderança em liderança mobilizar os senadores para a votação.

Várias representantes do CRESS-RJ participaram desta mobilização.

Com 76 votos a favor e nenhum contra, vários senadores afirmaram, durante o processo de votação, que a redução da jornada era uma questão de justiça com a categoria.

Vitória, Acesse as páginas do CRESS-RJ e do CFESS para saber das novidades sobre esta pauta.

## Volta Redonda

Visando fortalecer a comunicação com a categoria, tornando-a cada vez mais eficiente, a seccional Sul Fluminense, vem solicitando para todos os Assistentes Sociais que possuam registro ativo vinculado ao CRESS 7ª Região, que atualizem seus dados cadastrais pelos meios de comunicação disponíveis (e-mail, fax, telefone ou presencialmente).

Contando com a presença da presidente do CRESS-RJ Fátima Grave, da vice-presidente Elza Velloso e dos conselheiros Telma Pile e Maurício Caetano, foi realizada dia 22 de julho, na sede da seccional de Volta Redonda, uma assembleia com a base local, visando constituir uma comissão capaz de oferecer suporte político à atual gestão da Seccional, hoje composta pelas diretoras Sabrina Alves de Faria, Carmem Lúcia Brandão e Gilvane Mazza Ribeiro.

## Campos

Aprofundando o debate da política de assistência no município de Campos e o trabalho do Assistente social, a seccional realizou nos dias 17 e 18 de junho o I Seminário do SUAS. O evento contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas, entre elas: assistentes sociais, estudantes, psicólogos e gestores.

A COFI - Campos iniciou pesquisa sobre o trabalho do Assistente Social nos CRAS nos diversos municípios de sua abrangência. Até o início de agosto oito (8) CRAS foram visitados.

## CONTRA A HOMOFOBIA

**A**lexandre Thomé Ivo Rajão, 14 anos, foi assassinado na madrugada do dia 21 de junho, por um grupo de jovens adultos identificados como “skinheads” em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Os suspeitos foram submetidos a prisão provisória. Toda mobilização midiática, política e de justiça foi possível a partir de uma rede de parcerias entre movimentos LGBT, Direitos Humanos, parlamentares, governos estadual e federal, bem como de amigos e jornalistas. O crime de intolerância por orientação sexual, acrescido pelo fato da morte de um adolescente, expõe a covardia e o ódio que cercam as circunstâncias do assassinato. Até o fechamento da edição do Práxis, a família, parceiros e militantes a favor da criminalização da homofobia esperam ansiosos o resultado do teste de DNA da mãe do Alexandre, Angélica Ivo, prima do nosso colega Assistente Social e Professor da UERJ, Marco José Duarte, para ser decretada a prisão preventiva. Durante o CBAS, em Brasília, Marco esteve na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que acompanha de perto o desenrolar dos acontecimentos em parceria com a mesma secretaria de âmbito estadual do Rio de Janeiro.

SECCIONAL

# O Serviço Social e sua produção

**T**rabalhos dos mais diversos temas, como paternidade e bolsa família, inclusão do idoso e discussões sobre ética profissional, entre outros assuntos, foram abordados no Encontro Estadual Preparatório ao XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado (Pré-CBAS) na UERJ nos dias 29 e 30 de junho.

O evento foi aberto com a mesa que teve como tema o eixo central do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: “Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social”. Os palestrantes foram os professores Mauro Iasi e Cleusa Santos, da Escola de Serviço Social da UFRJ.

“Esse evento é um momento ímpar para discutir nosso trabalho (...) São mais de 300 cursos de Serviço Social no Brasil. É preciso urgentemente refletir sobre isso e sobre que profissionais são esses que estão chegando ao mercado. Uma parte vai conseguir se capacitar, mas outra parte vai ficar gravitando”, comentou Fatima Grave, presidente do CRESS-RJ.

Para satisfação dos presentes ao encontro Pré-CBAS, constatou-se um bom nível entre o material apresentado, tanto por profissionais com mais tempo de campo como por recém-formados e estudantes de graduação. Os trabalhos foram apresentados na tarde do dia 29 e na manhã do dia 30. Encerrando o evento foi montada uma mesa de debates tendo como tema “Demandas Contemporâneas e Polêmicas no Trabalho Profissional” e contou com Valéria Forti /FSS/UERJ e Fátima Grave Ortiz ESS/UFRJ e presidente do Cress/RJ com palestrantes.

Não obstante destacar a evidência de certa apatia da classe trabalhadora em relação às lutas sociopolíticas, a professora Valeria Forti referiu-se ao Assistente Social como um trabalhador assalariado que tem que se ver como classe (trabalhadora), para poder se organizar. Além disso, Valeria Forti mencionou a relevância do Assistente Social realizar pesquisas, captando as injunções e requisições dirigidas ao profissional atualmente e quanto a isso afirmou: “temos que estudar para entendermos criticamente quem somos nós, hoje. Só assim pode haver qualquer tipo de ação profissional qualificada e consequente



*O Pré-CBAS é um momento importante para a discussão do trabalho dos profissionais de Serviço Social*

de resistência profissional”. Sobre isso, Jefferson Lee, assessor político do CRESS-RJ, presente ao debate, sublinhou que é preciso entender o perfil do profissional de Serviço Social de hoje, de uma profissão que cresceu mais de 50% em aproximadamente dez anos.

A importância de documentar o trabalho que se desenvolve para permitir sua socialização, ajudando na reflexão e no aprimoramento do mesmo é uma bandeira sustentada por Valeria Forti. “Documentar é um meio que nos permite discutir, rever, enriquecer nossa ação. Relate sua experiência de campo, seu trabalho cotidiano, suas condições de trabalho, suas possibilidades e limites na Instituição. Pode haver erros, não os omita, são importantíssimos como material de avaliação,

para verificação do alcance de metas, objetivos e busca de aprimoramento etc.. Precisamos ter claros a relevância e o significado de nossa ação, já que, sob determinadas condições, são os homens que fazem sua própria história.”

Ao todo foram inscritos no Pré-CBAS 60 trabalhos, grande parte em comunicação oral e 5 na modalidade pôster. No final de cada sessão de apresentações foram sorteadas pelo CRESS-RJ dez passagens de avião para o Congresso, que aconteceu em Brasília. Os sorteios foram feitos por trabalhos, cabendo aos autores definir quem iria usufruir da passagem. Para o CRESS-RJ, as exigências para ter direito à passagem, além de ter o trabalho aceito no XIII CBAS, era o assistente social estar em dia com o Conselho. ■



*“Temos que estudar para entendermos criticamente quem somos nós, hoje. Só assim pode haver qualquer tipo de ação profissional qualificada e consequente de resistência profissional”, disse Valéria Forti (acima)*

Espaço  
COFI

# Supervisão de Estágio: O que você tem a ver com isso?

**A** pesar do assunto Estágio Profissional já ter sido minuciosamente tratado em edição recente do Práxis (nº 48), no “Espaço COFI”, percebemos a necessidade de retornar ao tema, em função de ainda identificarmos problemas referentes à supervisão direta de estágio, que não apenas ferem os instrumentos normativos pertinentes ao assunto, como, a nosso ver, torna frágil a formação profissional dos futuros assistentes sociais. Este retorno também faz parte do compromisso deste Regional em continuar a dar ampla visibilidade à Resolução CFESS Nº 533/08, visto a premência do tema, e de outros desdobramentos, como a recente aprovação da Resolução CFESS Nº 568/10 que regulamenta o procedimento de aplicação de multa às unidades de ensino que não cumprirem os dispositivos legais e normativos previstos, respectivamente, na nossa Lei de Regulamentação (Lei 8662/93) e na Resolução de Estágio, anteriormente mencionada.

Desde 1993, com a publicação da nossa Lei de Regulamentação, as unidades de ensino estão obrigadas a enviar aos CRESS as informações sobre os campos de estágio, onde devem constar, além da identificação das instituições, os nomes dos alunos e seus respectivos supervisores de campo e acadêmico. Estes dados orientam o trabalho de fiscalização dos CRESS na identificação de irregularidades.

A questão do estágio profissional e seus dilemas é antiga na COFI, e vem sendo expressa através de inúmeras denúncias de irregularidades relativas ao campo de estágio, advindo tanto dos discentes, como dos supervisores acadêmicos, de campo e coordenadores de estágio. Preocupados com a qualidade da formação profissional, a COFI realizou, em 2007, visitas de fiscalização nas unidades de ensino e cursos de Serviço Social a fim de levantar alguns dados que pudessem subsidiar, a partir de uma aproximação com a realidade dos cursos, uma melhor e mais qualificada análise da atual situação da formação profissional, com uma atenção especial ao Estágio Supervisionado. Todo o trabalho, que naquele momento se ateve aos cursos presenciais, foi estruturado e orientado a partir da compreensão de que, após o aluno ter tido o devido embasamento das matérias e componentes curriculares fundamentais, o estágio se configura como sendo um momento privilegiado da formação profissional. A partir da constatação de dados preocupantes, elaboramos algumas estratégias necessárias ao enfrentamento das situações constatadas no que tange o Estágio Profissional, dados que se somaram a questões trazidas de outros

CRESS, e que subsidiaram a formulação da Resolução CFESS Nº 533/08.

Transcorrido o tempo que liga estes fatos, e baseado num balanço, ainda que preliminar, a partir dos atendimentos realizados pela COFI, seja nos plantões ou em visitas de fiscalização para o acompanhamento do cumprimento da Resolução de Estágio, temos percebido um grande número de assistentes sociais que ainda ignoram a existência de tal instrumento normativo. O que mais tem nos preocupado é o fato de que alguns assistentes sociais implicados formal e diretamente ao processo de estágio, seja na função de supervisor de campo ou acadêmico ou, ainda, como coordenador de estágio ou de curso, comprovam tal aspecto da realidade, expressa na identificação das seguintes irregularidades: assistentes sociais assumindo a supervisão de campo de um número de estagiários incompatível com sua carga horária de trabalho; realização de estágio sem um Plano de Estágio; alunos realizando atividades de estágio sem a presença do supervisor; dentre outras.

É importante ressaltar que o desconhecimento da Resolução não impede que o profissional responda legal e eticamente pelas infrações cometidas. Não devemos perder de vista as implicações éticas que podem recair sobre o exercício profissional que desconsidera ou ignora os instrumentos legais e normativos do Serviço Social. Nesta situação, os profissionais aumentam as

possibilidades de agirem em desacordo com tais instrumentos. Também não devemos esquecer que, para além da sua natureza jurídica, tais instrumentos possuem uma dimensão ético-política que intenciona dar uma direção ao exercício profissional dos assistentes sociais no sentido do projeto da profissão.

Além destes aspectos, este nível de desconhecimento de uma Resolução tão importante, e que deve ser compreendida no contexto de luta maior e em defesa de uma formação profissional minimamente alinhada com o nosso Projeto Ético-Político Profissional, dificulta o enfrentamento das adversidades colocadas pela expansão descontrolada e irresponsável de cursos de Serviço Social. A partir do advento dos cursos na modalidade à distância (os EAD's) houve um agravamento do que lá em 2007 já havia sido constatado: a escassez de campos de estágio frente ao aumento desproporcional de demanda colocada pelo crescimento do número de cursos de Serviço Social. Isso tem gerado soluções que não se adequam aos pressupostos normativos estabelecidos pela Resolução 533/08.

Também identificamos irregularidades associadas à política de estágios de alguns cursos, como: criação de projeto de extensão na tentativa de solucionar a falta de campo de estágio; acumulação das supervisões de campo e acadêmico, sob a responsabilidade de um mesmo profissional, de um número excessivo de alunos; transferência para o estudante da responsabilidade de conseguir campo de estágio; campo de estágio onde não há Serviço Social, dentre outros.

Se considerarmos os dois anos de vigência da Resolução de Estágio, não há sustentação e razão para as irregularidades que aqui apontamos serem justificadas pelos assistentes sociais, no desconhecimento deste instrumento normativo. Aliás, tal premissa se aplica às demais Resoluções que normatizam nosso exercício profissional; assim como aos nossos Código de Ética e Lei de Regulamentação. Nós, assistentes sociais, temos que, efetiva e definitivamente, compreender que conhecer e cumprir estes instrumentos legais e normativos no cotidiano do nosso exercício profissional, longe de ser um mero procedimento burocrático-legalista, é a defesa do real significado do papel do Serviço Social na sociedade e, em especial, junto aos seus usuários.

Agentes fiscais: Arlene Vieira Trindade; Elias Azevedo da Silva; Nizia Maria Vieira dos Santos

“É importante ressaltar que o desconhecimento da Resolução não impede que o profissional responda legal e eticamente pelas infrações cometidas”

Agenda de  
Debates

## Serviço Social e Saúde Mental

**C**ontando com o apoio do CRESS-RJ, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Serviço Social da ESS-UFF, do Projeto Transversões e Projeto de Pesquisa Psicanálise e Sociedade, ambos da UFRJ, foi realizado dia 2 de julho, na UERJ, o I Encontro Estadual de Serviço Social e Saúde Mental.

Promovido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (NEPS) da Faculdade de Serviço Social da UERJ, o evento, que teve por título “Saúde Mental e Atenção Psicossocial: trabalho e formação para um novo modelo de cuidado em Saúde Mental” registrou uma expressiva participação da categoria.

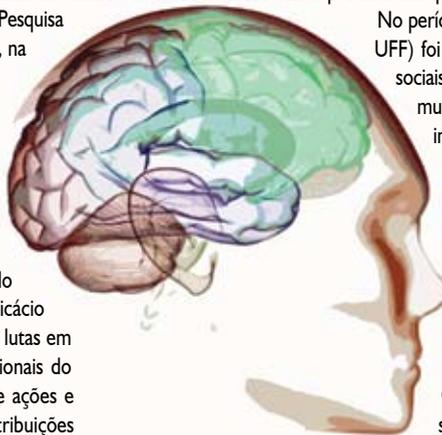
A primeira mesa, coordenada pela Conselheira Conceição Robaina, contou com a exposição do Prof. Eduardo Mourão Vasconcelos (ESS-UFRJ) e do Prof. Marco José Duarte (FASSO-UERJ) e com a participação do Prof. Erinaldo Nicácio (ESS-UFRJ) na condição de debatedor. Na mesa, foi recuperado o histórico das lutas em defesa da reforma psiquiátrica, com destaque para a ação de diversos profissionais do campo da saúde e dos movimentos sociais na defesa da desospitalização e de ações e instituições substitutivas aos manicômios. Também foram debatidas distintas contribuições

teóricas e profissionais que podem apontar no sentido do avanço das lutas antimanicômias.

No período da tarde, a roda de conversa coordenada pela Prof. Artemis Marinho (ESS/UFRJ) foi destinada à apresentação de diversas experiências de atuação de assistentes sociais no campo da saúde mental, da gestão à assistência. Equipes de diferentes municípios trouxeram suas contribuições e questões ao debate do público, instigados pelas problematizações da Prof. Lúcia Rosa (PPGPP/DSS/UFRJ).

Ao final do dia, diversas proposições foram apresentadas pelo plenário para composição de uma agenda do serviço social no campo da saúde mental, sob a coordenação do Prof. José Augusto Bisneto (ESS/UFRJ) e a avaliação pública de todos foi de que a oportunidade de debater estes temas foi promissora, ficando previsto que encontros estaduais deste campo de atuação ocorram anualmente, se possível de maneira itinerante.

O Encontro Estadual de Serviço Social e Saúde Mental precedeu a Conferência Estadual de Saúde Mental, também realizado na UERJ nos dias seguintes a este evento.



# Maio: Mês do Assistente Social

**O** dia do Assistente Social é 15 de maio. Mas, já há alguns anos, o CRESS RJ, vem ocupando todo o mês de maio para homenagear a categoria. E em 2010 não foi diferente. No período foram ministrados 13 minicursos na sede, na capital fluminense, e outros tantos em vários municípios. Também foram realizados no período cinco (5) seminários temáticos e uma mesa central, abordando questões polêmicas na agenda do Serviço Social que necessitavam de debates na categoria. Para dar uma panorâmica sobre os eventos realizados no Mês do Assistente Social no Rio de Janeiro, o Práxis ouviu Fátima Grave, presidente do CRESS RJ.

## Praxis – Como você avalia as ações do CRESS RJ no Mês do Assistente Social?

**Fátima Grave** – Foi bastante importante e contou com a participação expressiva de nossa categoria. A mesa central que aconteceu no Teatrão da Uerj dia 13 de maio foi um bom termômetro dessas atividades. Tendo como tema a “A precarização das relações de trabalho e a perda de direitos” o seminário, que teve como palestrantes Ricardo Antunes, da Unicamp, e Yolanda Guerra da UFRJ, reuniu mais de 700 pessoas, entre profissionais de campo e estudantes. Todo debate acerca de como esse mundo do trabalho se configura atualmente e como isso incide sobre a nossa condição de trabalhador também interessa aos assistentes sociais.

Uma coisa que vale a pena dizer é o seguinte: o assistente social tem sido historicamente um trabalhador, majoritariamente, inserido na esfera pública, no entanto como a própria esfera pública vem, cada vez mais, incorporando a lógica empresarial no trato com os seus trabalhadores, o assistente social continua atuando mais na esfera pública, mas não necessariamente como servidores públicos. Embora a maioria hoje ainda seja servidor, vêm crescendo outras formas de contratação, dentre elas aquelas que vinculam o assistente social a partir de contratos de trabalho temporários, processos de licitação, cooperativas, terceirizações... Então, toda essa forma de se incorporar força de trabalho típica da esfera privada vem, a cada dia que passa, entrando também na esfera pública. E, à medida que entra na esfera pública atinge ao assistente social.

## Praxis – Quarenta e oito minicursos realizados num espaço de um mês em todo o estado do Rio de Janeiro. O que pode ser avaliado, com relação à resposta dos assistentes sociais a tais ofertas?

**Fátima Grave** – Todos os minicursos tiveram uma boa procura, já que há um interesse muito grande da categoria em se atualizar. Percebemos que todo tipo de capacitação voltado diretamente para o fazer profissional tem uma boa resposta. Isso pode ser verificado principalmente no que diz respeito aos minicursos realizados fora da sede, sobre o tema instrumentos e técnicas para intervenção.

Na capital, o trabalho relacionado ao profissional no campo empresarial também foi muito procurado, certamente por ser uma área carente de cursos especificamente para assistentes sociais.

## Praxis – Aborto, ações afirmativas, ensino de nível superior e desafios do Estado Penal foram alguns dos temas abordados nos seminários realizados no mês de maio. Qual o balanço que pode ser feito sobre a realização desses seminários e o envolvimento da categoria?

**Fátima Grave** – Uma coisa importante que diz respeito aos seminários é que todos eles tocam em questões que



**“O assistente social, que não é neutro, não pode ter uma atitude preconceituosa e discriminatória em relação à mulher que aborta”**

estão na sociedade, de uma forma geral, mas que direta ou indiretamente incidem no trabalho profissional. São temas que atravessam exatamente os princípios que a gente defende, daí a necessidade que os assistentes sociais tenham algum acúmulo nessas discussões. Todos esses temas foram previstos no último Encontro Nacional CFESS/ CRESS, foi uma tarefa política que todos os CRESS incorporaram desde o ano passado.

## Praxis – As discussões sobre ações afirmativas habitualmente são acaloradas. Como foi o seminário sobre este tema?

**Fátima Grave** - Bastante enriquecedor, porque está difundido no senso comum, na opinião pública de quem entra na universidade tem mérito para isso. O caráter meritocrático como via de acesso ao ensino superior é uma perspectiva consolidada socialmente. Mas, a questão que está por trás é como esse mérito se constrói socialmente. Todos os sujeitos são capazes de alcançá-lo? Ou exige, de antemão, determinadas condições objetivas para atingi-lo? Numa sociedade de desiguais, quem vai ter o mérito? Ele não é algo que se constrói naturalmente, que está na natureza das pessoas. Esse é o equívoco, achar que a condição de ingresso à universidade através do mérito é uma condição dada naturalmente, como se as pessoas não tivessem determinações de classe bastante claras nesta sociedade. Ou seja, o jovem que vem de determinado segmento da classe média ou classe alta, terá uma condição muito superior para que se construa o mérito escolar. Na verdade, ter mérito passa por uma série de outras questões que não são absolutamente naturais, mas históricas, sociais, políticas e econômicas.

A questão das cotas para universidades está dentro das políticas estratégicas e, portanto, datada dentro de um período, não daqui para sempre, para a eternidade. Entretanto, agora, é uma medida, que para nosso entendimento, se torna necessária, para garantir que uma série de segmentos da sociedade, como negros, por exemplo, que sofrem injustiças históricas, tenham acesso.

Elielma Ayres Machado, da UERJ, uma das palestrantes, disse inclusive que “a política de ações afirmativas é uma política de reparação de um dano histórico (...). Quando se trata das políticas afirmativas nas universidades não se imagina que é só na universidade que se observa a desigualdade, contudo, a medida que o debate se instala na universidade, esta acaba pautando a necessidade de reflexão da sociedade como um todo, tendo em vista que universidade é um espaço essencialmente elitista” ponderou Elielma.

Outra argumentação importante que apareceu nesse seminário, entre outras, foi a dita pela Andréa Clapp, da PUC RJ, também palestrante: “defender as políticas de ações afirmativas não significa deslocar ou subsumir a condição de classe, porque é preciso defender as particularidades. As particularidades não podem eliminar os direitos universais”.

Foto: Allan Botelho



O Seminário sobre precarização das relações de trabalho, no Teatrão da UERJ, foi bastante enriquecedor

Na verdade, para defender direitos universais a todos é necessário garantir as particularidades de cada um. Como dizia Marx: “a cada um conforme a sua necessidade, de cada um, conforme sua possibilidade”.

**Praxis –Tema tão controverso na sociedade e na própria categoria profissional, como transcorreu o seminário sobre o aborto?**

**Fátima Grave** – Na verdade, o objetivo do seminário sobre o aborto não era polarizar em termos de quem é contra ou de quem é a favor, ou se ser contra é bom ou não... O ponto de debate foi o seguinte: cabe ao assistente social defender determinados princípios ético-políticos. O assistente social, que não é neutro, não pode ter uma atitude preconceituosa e discriminatória em relação à mulher que aborta.

Maria Elisa dos Santos Braga, do CFESS, uma das palestrantes, citou um exemplo: uma mulher fez o aborto em casa, usando um abortivo local. Quando ela foi para o hospital

o remédio ainda não tinha se dissolvido completamente. A médica pegou o remédio quando fez o exame e, estava ali a “prova do crime”. A médica o que fez? Chamou a polícia.

O assistente social, ainda que não praticante de aborto, jamais pode, no exercício de sua profissão compactuar com este tipo de prática profissional, porque está regido por princípios que estão no código de ética. Se o assistente social os nega, ele se torna passível de ser denunciado, e ser processado eticamente. Então, o seminário tratou a questão do aborto neste sentido. Não se trata aqui de dizer quem é contra ou quem é a favor. É uma questão que tem que ser tratada no campo do exercício profissional, e esse exercício profissional é realizado a luz de determinados princípios.

O Conjunto CFESS/CRESS já tirou uma posição nacional contra a criminalização do aborto. A mulher que aborta não pode ser tratada como criminosa. Essa posição pela descriminalização do aborto já é clara no Conjunto CFESS/CRESS e a categoria precisa conhecê-la e entendê-la. ■

## O CRESS-RJ em várias frentes

Durante o mês de maio, o CRESS-RJ foi convidado a participar de uma série de eventos relacionados ao Dia Nacional do Assistente Social. E, sempre que possível, a instituição marcou presença.

- Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
- Hospital Universitário Pedro Eeneosto
- Hospital Quinta D’Or
- Hospital dos Servidores do Estado
- Faculdade Flama
- Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro
- Hospital Geral de Bonsucesso
- Prefeitura Municipal de Belford Roxo
- CENEAS (seccional Campos)

O CRESS-RJ teve representações de seus conselheiros, no decorrer do mês de maio, nos seguintes eventos:

- Palestra Unisuam em duas unidades (Bonsucesso/Campo Grande)
- Palestra sobre organização política: papel do CRESS na ESS (UFF)
- Palestra no SESC São José dos Campos (CRESS-SP)
- Mesa de Cultura no HUCFF (UERJ)



Foto: Allan Botelho



# Seminário de Educação

“**D**ialogar com o profissional de educação: esse desafio de interlocução é fundamental” As palavras do professor da UERJ Ney Luiz T. de Almeida na mesa redonda “Serviço Social e Educação: refletindo os caminhos percorridos e novas perspectivas na Região Sudeste”, que abriu o Seminário, resumem bem a necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio na relação entre os profissionais de Educação e Serviço Social. “Nós estamos lá para trabalhar com eles”, ressaltou o professor durante sua explanação. A professora paulista Eliana Bolorino C. Martins, doutora em Serviço Social, pela PUC-SP, apresentou dados de sua tese de doutorado “Educação e Serviço Social: Elo para construção da cidadania”.

Bolorino falou sobre a prática profissional dos assistentes sociais no âmbito da política de educação nos municípios paulistas, evidenciando como os profissionais utilizam os espaços sócioocupacionais que são engendrados no atual ordenamento jurídico que fundamenta esta política. “Antes, a creche, por exemplo, era um espaço de Assistência. Agora é um espaço de Educação. Mudou essa fase” ressaltou Eliana Bolorino. A professora ressaltou a difícil realidade de muitos assistentes sociais com relação a creche, sendo muitos deles contratados basicamente para fazer a triagem de quem deve ou não ocupar as vagas disponíveis nas creches.

Tanto nas intervenções de Bolorino e do professor Ney ficou claro que é preciso antes de tudo reconhecer o universo da Educação, onde as dificuldades presentes, como a presença do tráfico de drogas, interferem no todo e não apenas no trabalho do assistente social. E que isso não é privilégio (entre aspas) de quem trabalha na área da educação.

As tensões estão postas entre os profissionais, na dinâmica histórica autoritária, ressaltada no “bem vindos à realidade da educação”, que trouxe o tom do debate sobre a lotação ou não nas secretarias de educação e a garantia da construção das



Mais de duzentas pessoas lotaram um dos auditórios do Hotel Windsor Copacabana para participarem do “Seminário Regional de Serviço Social e Educação”, realizado dia 14 de julho.

atribuições e competências profissionais, em consonância com o Projeto Ético Político do Serviço Social.

Jurema Alves, Conselheira e membro da Comissão de Educação do CRESS 7ª Região, que coordenou a mesa, junto com Maria Elisa (CFESS), coordenadora do Grupo de Trabalho do Serviço Social e Educação, sublinhou que é “importante alimentar o diálogo com o diferente. A gente tem que desconstruir para a equipe (Assistentes Sociais) de não impor suas verdades, saber dialogar com os profissionais de outras áreas como professores e pedagogos”, disse ela.

Todas as regionais trocaram experiências profissionais e discutiram sobre eixos centrais da atuação dos assistentes sociais na educação, tanto no debate, como em sessões simultâneas na segunda parte do evento que foi precedida da apresentação da peça de teatro “Nota dez”, da Companhia Teatral Queimados em Cena. O evento foi encerrado com o resumo dos debates nos grupos, com a coordenação do assistente social da Comissão de Educação do CRESS-RJ Felipe Moreira e da professora Kênia Figueiredo CFESS, GT de Serviço Social e Educação.



Eliana Bolorino C. Martins

Ney Luiz T. de Almeida

Jurema Alves

# Seminário de Comunicação



Representantes dos CRESSs da região sudeste e do CFESS prestigiaram o encontro

**S**intonizados com a necessidade de desenvolver cada vez mais políticas de comunicação dentro do conjunto CFESS/ CRESS, sob a coordenação do CRESS RJ, os CRESS's da região sudeste se reuniram dia 15 de julho, no Rio de Janeiro, para o Seminário de Comunicação dos CRESS's da Região Sudeste visando tirar propostas para o Seminário Nacional que acontecerá dia 8 de setembro, em Florianópolis. A região sudeste foi a única a realizar este seminário prévio.

"Isso aponta para a necessidade de realizarmos esforços e contribuir para o crescimento das demais regiões nessa temática tão importante para a efetivação do nosso projeto ético-político", sublinhou Fabíola Xavier, conselheira e membro da Comissão de Comunicação do CRESS-ES, que dividiu a mesa de abertura do seminário com representantes das Comissões de Comunicação de cada CRESS da região Sudeste e do CFESS.

Na sequência foi realizada a mesa "O caráter estratégico da comunicação para o Serviço Social" que teve como palestrantes a coordenadora de Comunicação do CFESS, Kênia Augusta Figueiredo, e a professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Mione Sales.

Dando continuidade ao debate sobre o tema do caráter estratégico da comunicação, a colaboradora do blog Mídia e Questão Social Mione Saleso lembrou que em comunicação, como em qualquer prática não há neutralidade. "A temática da comunicação se mostra estratégica e importante. Temos que colocar isso no seio das nossas mais queridas reflexões", disse.

Tanto Mione como Kênia salientaram que é preciso ter critérios no uso da comunicação como instrumento crítico. "Somos os ratinhos que vão roer a roupa do rei de Roma", comentou uma inspirada Mione. Dentro desse viés de ratinho vale ressaltar a experiência apresentada pela assistente social Karin Bruce, do Espírito Santo, relativo ao jornal da comunidade do Morro do Quadro, na capital capixaba, intervindo de forma a trocar as experiências com quem lá reside/trabalha. Um jornal de quatro páginas, estrategicamente vendido por 50 centavos.



Mione Sales: debate enriquecedor.

melhor for a nossa comunicação, ganhamos todos.

É muito bacana se perceber as preocupações que se apresentam nas propostas de compartilhar, de ver como estão os outros CRESS que não tem a estrutura que os daqui já tem como sites, boletins com periodicidades garantidas, jornais impressos, postais, enfim outros instrumentos que a gente utiliza. Isso é legal, não é o espírito competitivo. Acho que a competição que existe não é do vamos dizer, "do mal", mas é do tipo o que mais a gente pode achar para ser compartilhado, para nos colocar à frente. O que a gente quer é de fato contribuir na construção de uma contra-hegemonia, o direito à informação, uma sociedade justa e igualitária", comentou Kênia.

Ao final do seminário foram discutidas todas as propostas para serem encaminhadas para o II Seminário Nacional.

Convidada pelo Práxis, Kênia fez um balanço do evento. "O encontro no Rio foi de suma importância, tendo em vista o II Seminário Nacional de Comunicação, porque aglutina grupos de pessoas interessadas que vêm desenvolvendo em seu cotidiano tanto uma intervenção na organização interna do Conjunto como também contribuindo na luta pela democratização da comunicação no país. Creio que essa seja a novidade desse processo. Durante esses anos a gente vem se estruturando... A política nacional de comunicação buscou unificar a intervenção do Conjunto, o que é muito complicado do ponto de vista de um país com as dimensões do nosso, mas é fato que hoje 70 por cento deste conjunto já tem canais de comunicação com a categoria e com a sociedade. A gente já conseguiu muito já que até pouco tempo a gente não pautava a comunicação como uma demanda interna.

Eu creio que a primeira Conferência Nacional de Comunicação (COFECOM) ela, de alguma forma, proporcionou a essa categoria a possibilidade de uma intervenção numa área onde a gente só estava debatendo e num debate ainda muito aquém da nossa capacidade, inclusive, de intervenção. Isso, de certa forma já está dando o tom da organização do segundo seminário nacional de comunicação. Inclusive, a primeira mesa, as pessoas que estão sendo contatadas, elas vem para contribuir na discussão crítica, mas que nos ajude a cavar esse movimento".

## Trocando Experiências

Na segunda parte do evento foi realizada a mesa "Troca de experiências das ações de comunicação dos Cress's da Região Sudeste e do CFess".

O verbo trocar do título da mesa mostrou-se muito mais amplo. Nas diversas apresentações, aspectos como a exemplificação de São Paulo que vem trabalhando a conscientização dos profissionais com relação à necessidade de se estar disponível para as demandas de mídia, como na campanha de Minas relativa ao sistema prisional e a necessidade de um tratamento mais digno aos familiares de quem está em reclusão (Ser parente não é crime), ou no caráter pioneiro do Espírito Santo em veicular spot de tv em homenagem ao Dia do Assistente Social, foram abordados.

E quando determinado CRESS reproduzia ações de sucesso de outros, como a políticas dos cartões temáticos iniciada pelo Rio de Janeiro, falava-se abertamente que foi inspirado na ação de sucesso de outro conselho.

"É muito interessante, a gente ouve nas falas das pessoas" eu copiei isso de vocês", "copiamos isso do CRESS do Rio, do CRESS de Minas". É isso, tem esse compartilhar... Esse compartilhar é uma necessidade, não é algo da cópia pela cópia. Quanto melhor for a qualidade, quanto

## IV Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social

Estão abertas até o próximo dia 15 de setembro as inscrições para o IV Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social, organizado pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 7a Região. A divulgação dos finalistas será dia primeiro de novembro.

São objetivos centrais do prêmio, entre outros, contribuir para qualificar a cobertura e a visibilidade sobre os temas-eixo políticas sociais e Serviço Social.

O concurso irá premiar quatro categorias: reportagem escrita, radiofônica e vídeo. Também será premiado o melhor relato de experiência profissional de assistentes sociais ou equipes de Serviço Social. O primeiro colocado em cada categoria receberá um prêmio de R\$ 2mil.

Mais detalhes: [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br)

# 39º Encontro Descentralizado



No período de 16 a 18 de julho foi a vez da região sudeste realizar seu encontro. O Rio de Janeiro foi sede do 39º Encontro Descentralizado da Região Sudeste.

**E**spaço onde são discutidas e deliberadas as propostas apresentadas pelos profissionais de cada estado para compor as ações do Conjunto CFESS/CRESS do ano seguinte, os Encontros Descentralizados têm sido uma marca histórica da categoria. Este ano, durante os meses de junho e julho todos os regionais realizaram seus encontros. No período de 16 a 18 de julho foi a vez da região sudeste realizar o seu. O Rio de Janeiro foi sede do 39º Encontro Descentralizado da Região Sudeste. As propostas resultantes da reunião serão encaminhadas para o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, que acontece entre os dias 9 a 12 de setembro, em Florianópolis, Santa Catarina (SC). O Seminário Nacional de Comunicação será realizado no dia 8 de setembro, também em Florianópolis.

“O Descentralizado e o Nacional são os espaços de definição do plano de lutas de uma categoria que tem que estar comprometida com a transformação em busca de uma sociedade mais justa. As definições que acontecem nesses espaços são de grande responsabilidade”, destacou a vice-presidente do CRESS 17ª Região, Juliana Iglesias Melim durante a mesa de abertura. Com delegações de todos os estados da região, o encontro também contou com a presença de representantes do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Vale sublinhar que, tradicionalmente, na região sudeste, os representantes de base no Encontro Nacional também participam do descentralizado.

## Politicamente falando

Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e presidente da ABEPSS, Elaine Behring que foi destaque na mesa redonda no primeiro dia do evento, fazendo uma análise, tomando por base referências históricas, do atual momento da sociedade e, em especial, do Serviço Social.

“Com o aumento do desemprego e os cortes dos governos nas políticas sociais as populações pobres são contidas a partir da criminalização, da expansão das prisões e do investimento nas polícias e com fortes repercussões sobre os Direitos Humanos”, comentou. Elaine que sublinhou ser um dos grandes desafios do Conjunto CFESS/CRESS diante deste contexto de crise ter que atuar em “dois braços”: um para dentro da categoria, contribuindo com

sua capacitação política, e outro para fora, buscando relações com os demais trabalhadores.

## Mesas de debates

O segundo dia de evento ficou por conta da realização dos grupos de trabalho divididos em eixos. Ao contrário de anos anteriores, desta vez, mesmo existindo divergências em várias propostas, os debates não precisaram varar madrugada.

No eixo **Comunicação** o foco foi a discussão sobre a necessidade de uma maior divulgação quanto a atuação dos assistentes sociais de modo a mostrar com mais clareza para a sociedade o que faz este profissional, que ainda hoje é confundido por muitos como sinônimo de caridade.

A definição mundial do que é Serviço Social foi destaque no eixo **Relações Internacionais**. No próximo ano um workshop sobre o assunto será realizado no Brasil para definir a questão.

Como alguns CRESS não conseguiram realizar debates sobre o tema, a decisão sobre a defesa da legalização do aborto no eixo

**Ética e Direitos Humanos** foi proposta para ser tomada em 2011. Já com relação às ações afirmativas, que incluem as políticas de cotas, as propostas apresentadas no Descentralizado indicam uma posição favorável no Encontro Nacional. O CRESS ES propôs a realização de um Encontro Nacional de Direitos Humanos e Serviço Social a ser realizado até 2012.

No eixo **Formação Profissional** foi aprovada a proposta de continuidade do Grupo de Trabalho (GT) Nacional Trabalho e Formação Profissional. Apresentada pelo CRESS-RJ, a proposta de retomada do exame de proficiência foi bastante discutida na oportunidade, e encaminhada para o Encontro Nacional.

No eixo também foi aprovada a proposta de se aprofundar os debates sobre residência profissional e multiprofissional, entre outras.

No eixo **Segurança Social** foi aprovada a formação de um GT para organizar seminários regionais e um seminário nacional sobre questão urbana e Serviço Social, a ser realizado até abril de 2011. Foi aprovada a proposta sobre a importância do debate da lei que dispõe sobre a existência de creches para abrigar crianças nas penitenciárias femininas, tendo em vista a contradição que



Nos eixos, muita concentração e seriedade

# da Região Sudeste



Elaine Elaine Behring fez uma análise, do atual momento da sociedade e, em especial, do Serviço Social. Ao lado, a conselheira Beth Salvador

A delegação carioca comemora os bons resultados do encontro

existe entre o direito da mãe ficar com a criança ao mesmo tempo em que esta também fica encarcerada, tendo a sua socialização comprometida.

Tomando por base a discussão de que as demandas internas sobre relações trabalhistas, estão presentes em todos os Cress da região Sudeste, no eixo **Administrativo-Financeiro foi proposta a criação de um GT** (com a participação do CFESS e CRESSs) para discutir uma Política Nacional de Recursos Humanos para o Conjunto CFESS/CRESS. No eixo também foi aprovada a elaboração e repasse ao CFESS de um documento que solicita a imediata revogação da Resolução nº 582/2010 que versa sobre a inscrição dos novos profissionais nos CRESSs. A proposta de manutenção dos descontos para pagamento da anuidade, conforme já executado pelos Cress's também foi aprovada no eixo. No eixo **Orientação e Fiscalização Profissional** foi aprovada a proposta de elaboração de Resolução do CFESS que detalhe as atribuições privativas do Assistente Social. Foi colocada em pauta também a implementação do GT para discutir o campo socio-

jurídico e construir os parâmetros de atuação neste campo.

A defesa pela contratação de mais 450 aprovados no INSS, e preenchimento de todas as vagas existentes também foi ressaltada.

Maria Elisa Braga, conselheira do CFESS, presente em todos os dias do evento, ressaltou a importância e o comprometimento da região com a realização do encontro: "O descentralizado foi muito proveitoso, ele demonstra um amadurecimento do conjunto muito grande, uma qualificação dos delegados que estavam presentes com uma responsabilidade, um compromisso a se chegar a uma discussão responsável sobre a condução de nosso conjunto CFFS/CRESS. As polêmicas foram firmemente discutidas e assegurado o direito da diversidade, mas com profundo respeito. Não vi sinalização de nenhum desrespeito a deliberação não aceita pelo coletivo... Isso só demonstra que essas pessoas que foram escolhidas pela categoria, tanto do ponto de vista dos regionais, como do ponto de vista da base e de seus assessores que participaram do descentralizado representaram de verdade, e com qualidade essa categoria profissional, que tem uma importância grande para esse Brasil e para a mudança desta ordem social".

## Assembleia



O auditório do CRESS- RJ ficou lotado no último dia 26 de junho, sábado, para a Assembleia Geral Ordinária que elegeu dos delegados para o Encontro Nacional CFESS/CRESS e para o Descentralizado. Para participar da votação era preciso estar em pleno gozo de seus direitos e quites com as anuidades do Conselho até o ano de 2009.

A opção por escolher o sábado para realização da assembleia se mostrou acertada. A assembleia, que se estendeu por todo o dia, possibilitou aos Assistentes Sociais conhecerem todas as deliberações aprovadas no ano passado, bem como as novas propostas apresentadas pela diretoria do CRESS. Os presentes tiveram, principalmente, a oportunidade de opinar sobre a manutenção, ampliação ou supressão daquelas deliberações e, também, elaborar novas propostas para apreciação nos Encontros Descentralizado e Nacional.

## Moções de Apoio

Ao final do 39º Encontro Descentralizado da Região Sudeste foram apresentadas duas moções de apoio. Uma aos assistentes sociais da área de educação do Rio e outra ao Plebiscito Popular pelo limite da Propriedade da Terra.

Assim, a luta dos assistentes sociais atuantes na política de educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, por um projeto de atuação profissional construído com referência no projeto ético político da profissão, na Lei nº 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e no Código de Ética Profissional, recebeu moção.

Os participantes do encontro acreditam, que dessa forma, a contribuição da categoria profissional de assistentes sociais se fortalece e se qualifica o serviço prestado à população desta cidade, legitimando a construção do Serviço Social na educação nacionalmente.

Os assistentes sociais presentes no Descentralizado manifestaram também posição de apoio e engajamento ao Plebiscito Popular pelo Limite da Terra, agendado para o início de setembro.

Considerando que o Brasil é um país de dimensões continentais, com milhões de trabalhadores sem terra e sem teto no campo e na cidade; a existência de latifúndios rurais e urbanos, e que a concentração fundiária se apresenta como uma das principais causas das desigualdades em nosso país; a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 3, inciso III, que prevê a erradicação da pobreza e a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; o estabelecimento de um limite para a propriedade que busque garantir o cumprimento de outro dispositivo constitucional que estabelece que a propriedade deva cumprir sua função social e, sobretudo, a direção de nosso projeto ético-político profissional, a categoria manifestou apoio e engajamento ao plebiscito.

# SUCESSO!

## Seminário Organização Sindical dos Assistentes Sociais do Rio



Foto: Jefferson Lee

Contando com o apoio do CRESS-RJ, o seminário ajudou a colocar em pauta questões que há muito vem chamando a atenção dos profissionais de Serviço Social. “Entendemos que a discussão sobre o assunto deve ser feita, sim. Por ser um desejo, é um interesse da categoria. O evento não pretendeu, em nenhum momento ser deliberativo, mas um debate sobre o tema”, falou Martha Fortuna, conselheira do CRESS-RJ assistente social da UERJ, uma das organizadoras do seminário.

O evento foi dividido em duas mesas de discussão, uma sob o tema “Histórico da organização dos trabalhadores”, e outra intitulada “Sindicato por ramo e por categoria: formas de organização sindical”.

Valério Arcary – historiador, professor do IFECT-SP, Bia Abramides – assistente social, professora da PUC/SP e Regina Marconi – assistente social / Secretária Habitação – RJ foram alguns dos palestrantes que ajudaram a abrilhantar o encontro.

“Onde há luta sindical tem conflitos”, disse durante sua palestra Valério Arcary, enquanto buscava contextualizar a luta dos trabalhadores em seu processo de organização.

Na mesa “Sindicato por ramo e por categoria: formas de organização sindical”, os debates foram democráticos e bastante acirrados. O público, que manteve o auditório praticamente lotado durante as seis (6) horas de evento, foi participativo, onde todos puderam expor seus pontos de vistas e, no caso dos componentes da mesa, suas experiências nas duas modalidades de associação.

Para além de uma polarização entre a organização por ramo ou por categoria, os presentes compartilharam quanto a importância do momento porque recolocava em discussão demandas atuais da categoria. “A maior parte de nossa categoria não está organizada em lugar nenhum”, disse Conceição Robaina, conselheira do CRESS-RJ que também auxiliou na organização do seminário.

## Parlamentar compara Vereador com Assistente Social

Não é preciso ser um Aurélio para entender o significado das palavras. Figuras de linguagem como metáforas, quando bem usadas enriquecem um texto, tornando-o um verdadeiro tesouro. Mas, as palavras tem lá suas magias. É preciso um cuidado especial com a língua materna.

Em episódio recente envolvendo acusações de irregularidades na construção de dez banheiros privativos para os vereadores na Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia (RJ), envolvendo um montante de R\$ 331 mil, o vereador e presidente da casa Aguinaldo Sodré acabou tropeçando. Ao justificar sua versão do fato disse que “vereador é um assistente social”. O episódio, batizado pelo jornal Extra (RJ) como “Banheiroduto” veio à baila através do blog do professor Marcos Salaibe.

A metáfora do parlamentar não caiu bem. E a estudante de Serviço Social da UFF Rio das Ostras, Jane Laura não conseguiu engolir calada o tropeço de Aguinaldo Sodré. Através de um e-mail para o CRESS-RJ Jane colocou a boca no trombone, com todas as informações que tinha, inclusive com links do youtube com a fala do vereador e uma posição mais abrangente do episódio que originou a declaração.

Através de documento oficial enviado ao próprio vereador, o CRESS-RJ, alertou ao autor da metáfora que esta foi completamente equivocada. No texto enviado para Sodré, Fátima Grave, presidente do Conselho, sublinha que o Serviço Social é uma profissão do campo das ciências sociais aplicadas, e para exercê-la é necessário cursar a graduação superior e efetivar seu registro profissional. Assistente Social não é um profissional da ajuda, como ainda muitas pessoas pensam. Na oportunidade, o CRESS-RJ fez apenas o que sempre faz em situações semelhantes, se posiciona com o objetivo de desmistificar a profissão.

Após receber a correspondência do Conselho, o parlamentar, através de ofício, deu seus argumentos para utilização da metáfora e pediu desculpas, afirmando que não teve “a intenção de se considerar, literalmente, um profissional do Serviço Social, mas apenas buscar alguma semelhança entre os labores”.

Na sequência, Sodré afirmou que não houve por parte dele qualquer desejo de demérito dos “profissionais de assistência”, para mais adiante dizer que “em muito nos honraria se algum profissional, independente de sua área de atuação, por algum momento se comparasse a um vereador”.

Metáforas, quando bem usadas, podem fazer um texto se tornar uma obra de arte. Porém, quando mal usadas, não passam de um tiro na água.